



## **O Riso: Linguagem Não-verbal e Gesto de Crítica Social<sup>1</sup>**

Renato Essenfelder Abrahão Filho<sup>2</sup>  
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

### **RESUMO**

Este artigo revisita as abundantes ocorrências de humor – risos e chistes – durante as audiências da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios (conhecida como CPI do Mensalão) em 2005 para investigar qual o seu significado profundo na arena política. Seguindo roteiros desde Bergson até estudiosos contemporâneos do riso, propomos que o fenômeno materializa, na arena pública da CPI, um discurso de correção social, uma espécie de castigo aos diferentes, e ao mesmo tempo tenta marcar um distanciamento entre acusados e acusadores. É, portanto, mais do que expressão inocente de um estado de espírito, mas sim forma efetiva de linguagem humana.

**PALAVRAS-CHAVE:** riso; comunicação; imprensa; discurso; semiótica.

### **A LINGUAGEM DO RISO**

O riso é frequentemente usado na cena política como linguagem que serve tanto à repressão como, de forma talvez complementar, à integração social. Ao transcender a ironia verbal dos chistes e gracejos, o próprio ato físico de rir carrega, além do poder libertador individual apontado por pensadores como Freud, a capacidade de sinalizar a um grupo social, como postula Bergson, um comando específico. Isto é, de emitir um juízo silencioso, porém que se pretende incontestado, sobre o seu objeto. Na arena política como na vida cotidiana, pode ser tomado como uma espécie de código de farta produção simbólica. Para compreender melhor esse fenômeno, recorreremos a uma articulação entre noções linguísticas, filosóficas e históricas em um esforço interdisciplinar de análise dos processos de significação subjacentes ao ato de rir.

Revisitamos o ano de 2005. À época, eclodiu o maior escândalo político da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, empossado para o seu primeiro mandato em 2003. Batizado pela mídia de “mensalão”, o episódio envolvia acusações de compra de votos de parlamentares (através de vultosas mensalidades, daí a alcunha) pelo Poder Executivo, de modo que projetos legislativos de interesse do governo tivessem sua aprovação assegurada.

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no GP Semiótica da Comunicação, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup>Doutorando do curso de Ciências da Comunicação da ECA-USP, renatofilho@usp.br



O cidadão que acompanhou, pelos meios de comunicação, o desenrolar do episódio há de ter se espantado com o clima de deboche presente a cada sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída para investigar o caso. Os chistes e gracejos, ou mesmo as fartas gargalhadas e risos ostensivos, não combinavam com o que, à época, foi chamado de “mar de lama” da política – nem, aliás, com o esperado decoro parlamentar no trato da coisa pública. Mas aqueles risos todos, onipresentes entre os colegas deputados e senadores, tinham uma função que transcendia o mero divertimento. Configuravam, sob o ponto de vista dos estudos da linguagem e da comunicação, estratégias de punição, de coerção, de estabelecimento de uma identidade comunitária. Constituíam, à sua medida, uma forma de linguagem.

Retomaremos adiante o contexto histórico dessa CPI. Antes disso, convém revisitar o raciocínio de importantes vocalizadores de estudos sobre a comicidade.

Entre os mais relevantes deles, do ponto de vista da análise social do riso, podemos citar o diplomata e filósofo francês Henri-Louis Bergson, que no ano de 1900 publicou o seminal *Le Rire. Essai sur la signification du comique*. Frequentemente (BREMER; ROODENBURG, 2000), o autor é apresentado como um dos precursores desse tipo de abordagem, pela qual o riso é essencialmente um fenômeno social, uma espécie de castigo que a sociedade aplica aos que ameaçam deixá-la, marginalizando-se. Sendo a ameaça de natureza imaterial (a violação de um ideal dessa sociedade), sua punição deverá seguir no mesmo plano da subjetividade abstrata – surge o riso como linguagem do corpo comunitário que pune o ente social que se comporta como corpo estranho. Outra idéia cara a esse autor é a de rigidez, fenômeno que, manifesto em contraposição à flexibilidade exigida pela sociedade, suscitaria o riso. Segundo Bergson:

Toda *rigidez* do caráter, do espírito e mesmo do corpo será então suspeita para a sociedade, por ser o possível sinal de uma atividade adormecida e também de uma atividade que se isola, que tende a afastar-se do centro comum em torno do qual a sociedade gravita, de uma excentricidade enfim. E no entanto a sociedade não pode intervir nisso por meio de uma repressão material, pois ela não está sendo materialmente afetada. Ela está em presença de algo que a preocupa, mas somente como sintoma – apenas uma ameaça, no máximo um gesto. Será, portanto, com um simples gesto que ela responderá. O riso deve ser alguma coisa desse tipo, uma espécie de *gesto social*. Pelo medo que inspira, o riso reprime excentricidades, (...) flexibiliza enfim tudo o que pode restar de rigidez mecânica na superfície do corpo social. (2004, p. 14-15, grifos do autor)



Lembrando Propp (1992), podemos dizer que cada sociedade impõe a seus membros um determinado código de conduta: não cuspir no prato em que comeu, não cobiçar o marido ou mulher do outro, não roubar, andar sobre os dois pés ou outros incontáveis mandamentos. Vasto e complexo, esse código não escrito (não são, pois, leis, como as dispostas no Código Penal brasileiro) deve ser interiorizado e observado por todos os membros do corpo social, gerando uma espécie de conduta uniforme, sem desvios. Esses integrantes da sociedade, concidadãos, devem então viver em estado de vigília constante para evitar o descuido, o rompimento do código. No momento em que comete um deslize ou não consegue acompanhar a sincronia do grupo (sociedade), o indivíduo chama a si as atenções do mundo à sua volta e é imediatamente interpelado de modo a justificar o seu desvio ante os demais componentes daquele grupo. Porém o interpelamento a que nos referimos não é necessariamente verbal. Não há de ser chamado a juízo para explicações aquele que tropeça e vai ao chão, ferindo a norma da vigília permanente, a norma do andar sobre as duas pernas. Mas será imediatamente julgado pelo riso das testemunhas daquele engano – ou, numa perpetuação exemplar do castigo, será vítima do riso a posteriori daqueles que, sem presenciar a ação, revivem-na através do discurso de outros. Escreve Propp:

Há normas de conduta social que se definem em oposição àquilo que se reconhece como inadmissível e inaceitável. Essas normas são diferentes para diferentes épocas, diferentes povos e ambientes sociais diversos. Toda coletividade, não só as sociais como o povo no todo, mas também coletividades menores ou pequenas – os habitantes de uma cidade, de um lugarejo, de uma aldeia, até mesmo os alunos de uma classe – possuem algum código não escrito que abarca tanto os ideais morais como os exteriores e aos quais todos erguem espontaneamente, a transgressão de certos ideais coletivos ou normas de vida, ou seja, é percebida como defeito, e a descoberta dele, como também nos outros casos, suscita o riso. (1992, p. 60)

No cerne, o raciocínio encontra amplo apoio em Bergson, segundo o qual o riso ocorre para corrigir um desvio e tirar a pessoa de um sonho. (2004, p. 100-101). “O riso é, acima de tudo, uma correção. Feito para humilhar, deve dar impressão penosa à pessoa que lhe serve de alvo. A sociedade vingá-se por meio dele das liberdades tomadas com ela.” (op. cit., p. 150).



Se Bergson desenvolveu importante reflexão com seu estudo social do riso, não esteve sozinho entre os pensadores que se dedicaram à questão da comicidade. Desde a Antigüidade, numerosas correntes filosóficas e inúmeros estudiosos dedicaram suas atenções ao risível e à sua significação. Já em sua *Arte Poética*, Aristóteles (apud BELLEZA, 1966, p. 65) propunha que:

A comédia é uma imitação de maus costumes, não os piores – e antes uma pintura somente do vergonhoso em que se inclui o ridículo. O ridículo provém de um defeito e de uma tara que não representam um caráter corruptor ou doloroso. Tal é o caso de uma máscara feia e disforme, sem ser ocasionadora de sofrimento.

Afora o fato de, desde *Arte Poética*, a comédia ser considerada arte de homens inferiores, oposta à elitista tragédia, os estudos clássicos da Antigüidade eram mais focados na explicação da comicidade do que em seus usos e efeitos sociais propriamente ditos. Por séculos, aliás, o foco dos estudos na área foi o de perseguir uma espécie de fórmula que desencadeasse o riso. A receita mágica que faria de toda comédia um sucesso. Havia, então, a preocupação de mapear fatores que desencadeariam o riso e de como explorá-los à perfeição. Mais recentemente, as noções de comicidade se ampliaram e invadiram os campos da filosofia, sociologia, antropologia, literatura, psicologia, história e, como não poderia deixar de ser, dado o fato de o humor encontrar na linguagem verbal um veículo freqüente, também da lingüística (TRAVAGLIA, 2000).

A busca pela fórmula do riso é antiga, mas o conceito de humor como “Veia cômica; graça, espírito. Capacidade de perceber, apreciar ou expressar o que é cômico ou divertido”, conforme definições do dicionário Aurélio (1999), nem tanto. Segundo Bremmer e Roodenburg, não havia, antes do século XVII, a ligação que hoje percebemos entre humor e comicidade, riso. “No sentido estrito, a noção de humor é relativamente nova. Em seu significado moderno, foi pela primeira vez registrada na Inglaterra em 1682, já que, antes disso, significava disposição mental ou temperamento” (2000, p. 15).

Tantas vertentes do pensamento já se preocuparam com a investigação da comicidade que, na opinião de Alberti, não há, atualmente, necessidade de se desenvolver novas teorias do riso (2002, p. 34). No âmbito da lingüística, entretanto,



não são freqüentes os estudos no Brasil que adotam o humor como *corpus* (ponto de partida) ou como um mecanismo a decifrar (possível ponto de chegada).

Sob a perspectiva da Análise do Discurso Francesa, a importância do contexto em que o discurso se manifesta é elementar. Concomitantemente, o estudo do risível e de suas manifestações parece impor como uma de suas premissas básicas a observação paralela de hábitos e valores culturais, o que explicaria o regionalismo dos atos de humor – tome como exemplo as piadas construídas a partir estereótipos associados a gentílicos: o português ignorante, o carioca malandro, o catarinense ingênuo e tantos outros. Estudar o humor, sob esse ponto de vista, torna-se uma maneira eficaz de estudar também hábitos sociais, macroideias e concepções de mundo compartilhadas por uma determinada sociedade (TRAVAGLIA, 1990, p. 59).

Sobre a inserção eminentemente sócio-cultural do cômico, diz Le Goff:

(...) o riso é um fenômeno cultural. De acordo com a sociedade e a época, as atitudes em relação ao riso, a maneira como é praticado, seus alvos e suas formas não são constantes, mas mutáveis. O riso é um fenômeno social. Ele exige pelo menos duas ou três pessoas, reais ou imaginárias: uma que provoca o riso, uma que ri e outra de quem se ri, e também, muitas vezes, da pessoa ou das pessoas com quem se ri. É uma prática social com seus próprios códigos, seus rituais, seus atores e seu palco. (2000, p. 65)

Não à toa, a principal crítica ao ensaio sobre a comicidade elaborado por Bergson reside justamente na suposta negligência do autor quanto ao peso do contexto cultural nas manifestações do riso. Goff (2000) e, principalmente, Propp, que enfatiza, com seus estudos indutivos a partir de obras humorísticas da literatura russa, a natureza dialética do riso, reafirmam que o que é cômico a um não o será a outro por questões eminentemente culturais. Segundo Propp: “para rir é preciso saber ver o risível; em outros casos é preciso atribuir às ações algum valor moral, a comicidade da avareza, da covardia etc.” (1992, p. 40). Esses valores morais seriam atribuídos diferentemente conforme cada contexto cultural. Em outras palavras, conforme Nogueira (2005, p. 102), “o riso acontece por duas grandezas: o objeto que provoca e o sujeito que ri. Nem sempre esse nexos pode ocorrer; o que é considerado cômico para uma pessoa pode não ser para outra”.

Outra percepção vem de Freud (1960), um dos vocalizadores seminais do estudo do humor, para quem de o riso é ato libertador. Segundo o autor, o cômico é um ataque a uma repressão física ou mental ao indivíduo ridente. A abordagem psicológica do



humor também enxerga sua manifestação como forma de exprimir o socialmente inexprimível (tabus como os que envolvem sexualidade e violência, por exemplo). Contemporâneo a Freud, Bakhtin em 1941 em tese de doutoramento sobre a Cultura Popular na Idade Média desenvolve a idéia de um discurso carnavalesco amplo e polifônico, do qual o riso, como forma de coroação e destronamento não só do rei, mas do discurso oficial, faz parte. Quando rimos, diz, profanamos as verdades fechadas, colocamos em crise o poder instituído e com isso nos libertamos (BAKHTIN, 1996).

Embora não possa ser considerada tema central em sua vasta e densa obra, a reflexão sobre o riso recebe contribuições valiosas do pensador russo principalmente em dois momentos, nos quais analisa textos de Rabelais e de Dostoievski. Em ambas as publicações, prevalece uma compreensão que podemos afirmar social do riso. Sobre esse raciocínio, e apoiada em idéias de Bakhtin, escreve Nigris:

Para o autor, o riso apresenta-se como uma posição estética e esse posicionamento só pode se dar dentro de uma determinada realidade; ou seja, o que define o riso é o contexto em que ele é produzido e o riso atua como um intérprete dessa realidade vivida. O riso carnavalesco que é ambivalente aparece em contraposição à realidade oficial, monológica, que a seriedade unilateral absolutiza (NIGRIS, 2006, p. 68).

Bakhtin discorre com propriedade sobre o elemento cômico na literatura. Destaca o campo, que remonta à Antiguidade, do sério-cômico, que abriga dois gêneros que observa determinantes na formação do romance dialógico moderno: o diálogo socrático e a sátira menipéia. Em ambos nota a influência de uma base carnavalesco-popular, o que chama de cosmovisão carnavalesca (em contraposição, por sua vez, a gêneros estritamente sérios, tais quais a epopéia, a tragédia, a história e a retórica clássica, entre outros). Não convém agora nos aprofundarmos sobre gêneros e crítica literária, mas sim como o conceito da carnavalização surge em posição de destaque na história das idéias do riso.

O diálogo socrático é entendido como um gênero não retórico nem memorialista, embora em sua origem estivesse a esta função ligado, enquanto recordações e relatos de palestras proferidas por Sócrates organizados em narrativas breves. Em pouco tempo, conta Bakhtin (2008, p. 124-125), liberta-se de suas limitações históricas e memorialistas e, mantendo o método de revelação da verdade pelo diálogo (“a verdade não nasce nem se encontra na cabeça de um único homem; ela nasce entre os homens, que juntos a procuram no processo de sua comunicação dialógica”, escreve Bakhtin)



caracteriza propriamente um gênero de caráter criativo livre. É justamente aí, aliás, que residiria a herança carnavalesca, na liberdade criativa e no estabelecimento de condições de igualdade para o diálogo entre os homens em busca da verdade.

O caso da sátira menipéia é talvez mais importante aqui por ter ela se tornado “um dos principais veículos e portadores da cosmovisão carnavalesca na literatura até os nossos dias” (BAKHTIN, 2008, p. 129). A menipéia enfoca em tom mordaz a atualidade ideológica, como uma espécie de gênero jornalístico da Antiguidade, por sua ênfase publicística. “Jornalismo”, contudo, que só se aproximaria dos parâmetros atuais do que entendemos por jornalismo por sua preocupação em atualizar o mundo, partindo da experiência. Pois a menipéia concilia isso com absoluta liberdade narrativa, sem qualquer compromisso com a verossimilhança, conforme Bakhtin, e está subordinada a uma função puramente ideológica de provocar e experimentar a verdade, valendo-se frequentemente da comicidade (por exemplo, com oxímoros) para tanto.

Voltemos ao carnaval, que não é um fenômeno literário, mas um espetáculo ritual, com inúmeras variações mundo afora, articulador de linguagens de expressão de uma cosmovisão una, porém específica e, se não delimitada espacialmente, marcada temporalmente. Dificilmente é traduzível para a linguagem verbal, mas, por meio da arte, encontra eco e pode ser transposto, por exemplo, à literatura – no que Bakhtin propriamente chama de carnavalização. O pensador cita quatro categorias principais do carnaval que vão nos interessar de imediato (BAKHTIN, 2008, p. 141-42): o livre contato familiar entre os homens (abolição de distâncias hierárquicas), a excentricidade (também como expressão de aspectos ocultos da natureza humana), as mésalliances (união de contrários) e, por fim, a profanação (o sacrilégio e a paródia do sagrado).

À luz de nossa preocupação neste ensaio, qual a implicação profunda das noções ligadas à carnavalização? Ora, os elementos acima citados podem ser transpostos para o cenário que abaixo descrevemos: o palco das comissões parlamentares de inquérito. Assim, entenderemos a CPI como um autêntico microcosmo carnavalesco: estabelece o livre contato entre senadores, deputados, investigados e investigadores (neste contexto específico do mensalão, aliás, eram colegas os réus e os “carrascos”, conforme veremos). Se não implode hierarquias, as flexibiliza: o caseiro Francenildo é acareado com o ministro da Fazenda, e investe-se de um súbito poder próprio do carnaval, torna-se o rei momo fadado ao coroamento festivo e destronamento intempestivo.

A excentricidade também surge no palco das CPIs: a ex-secretária do segundo homem mais poderoso da República, o ministro-chefe da casa Civil, revela a intenção



de posar nua para financiar sua carreira política. O ex-deputado sob suspeita desata a cantar árias de óperas – expressando, talvez, os desejos ocultos só manifestos impunemente no carnaval.

Já as *mésalliances* são abundantes, típicas do jogo político brasileiro, em que partidos de oposição atávica unem-se contra um mal (ou por um bem) comum.

E a profanação surge em sua face não religiosa, mas institucional: o (sagrado) Congresso abriga, então, de aspirantes a modelo a fracassados cantores de ópera, passando por caseiros e ministros em pé de guerra, ao som de injúrias e impropérios de todas as ordens entre os afoitos participantes deste microcarnaval.

Em um aspecto, contudo, pode-se objetar que a carnavalização da CPI peca, pois não é realizada na praça pública, aberta a todos, com igualdade de papéis. É possível contrapor o Congresso, porém, como o herdeiro atual da *Ágora* ateniense em que se reuniam, publicamente, os cidadãos. Nesse sentido, o carnaval da CPI acontece também em praça pública.

Outra noção poderosa neste estudo é a do riso como elemento de superioridade, conforme lembra Hobbes, para quem “o riso é um orgulho que nasce da súbita percepção de uma superioridade nossa, comparada às enfermidades dos outros ou à nossa fraqueza anterior” (1999, p. 30). Essa perspectiva é importante no contexto deste ensaio, centrado na arena política em que se enfrentam figuras públicas, sujeitas ao julgamento popular do voto. É também precioso manter em mente a possibilidade de abordar a manifestação do riso como uma linguagem (que presta tributos ao carnaval tal qual entendido por Bakhtin), um sistema simbólico de codificação e significação que, no caso, manifesta tanto o pendor autoritário (segundo Bergson) de correção dos indivíduos desviados, como libertação (para Freud) e integração (dentro da noção cultural de Propp, que enxerga o riso condicionado à cultura em que se insere, portanto, em nossa visão, ele próprio elemento formador de cultura).

### **Na política**

O uso do humor contra políticos é um fenômeno antigo, cujas manifestações afloram desde a comédia medieval e mesmo antes, na Antiguidade. Mas o contrário, o uso do cômico pela política, é moderno e atingiu seu paroxismo no século XX. No período, conta Minois (2003), o próprio constrangimento de aparecer diante de público e mídia rindo e fazendo rir foi extinto, o que hiperinflacionou a oferta de chistes entre os homens públicos. Mais do que isso, a comédia tornou-se vantajosa, capaz de atrair





dividendos eleitorais. O humor configura-se, pois, como uma virtude tão imprescindível como a honestidade ou a compaixão – ou até mais desejável do que esta. Torna-se, no dizer de Minois, atributo indispensável e, ao mesmo tempo, característica em extinção:

O riso está em perigo, vítima de seu sucesso. Embora ele se estampe por toda a parte, da publicidade à medicina, da política-espetáculo às emissões de variedades, dos boletins meteorológicos à imprensa cotidiana, a grande ameaça universal deste início do século XXI paira sobre ele: a comercialização. O riso, como a carne de vaca, é um produto de consumo, doublé de um produto milagroso cujo valor mercantil é inestimável. Já registrado e etiquetado, impresso, filmado, ele é vendido no mundo inteiro; profissionais asseguram sua promoção, a difusão e até o serviço, depois da venda, para as pessoas hipócritas. Ao mesmo tempo produto e argumento de venda, torna-se um atributo indispensável do homem moderno, quase tão útil quanto o telefone móvel. (MINOIS, 2003, p. 593)

Como resultado desse processo, a capacidade subversiva do ato cômico é posta em xeque. Segundo Minois, no século XX “os meios políticos conseguem exterminar o cômico, tornando-se eles próprios cômicos” (2003, p. 596). No longo percurso de crítica ferina a instrumento de manutenção do status quo ao longo da história da comicidade, prossegue Minois:

A democracia moderna ao menos aprendeu esta lição da história: um poder que não aceita a zombaria é um poder ameaçado, desprezado, votado a desaparecer. Só se zomba daquilo que ainda inspira algum respeito; o cúmulo do desprezo é a indiferença. (...) As democracias modernas aceitam o contrapoder do riso porque avaliaram a sua utilidade. (2003, p. 596)

É dentro dessa lógica que personalidades políticas de relevo, como o britânico Winston Churchill (1874-1965) ou o francês Charles DeGaulle (1890-1970) aprendem a usar o humor a seu favor e entram para a história com suas tiradas espirituosas. Também sem medo do ridículo o ex-presidente americano Bill Clinton protagoniza, durante seus dois mandatos, de 1993 a 2001, cenas de comédia que só fazem reforçar sua popularidade. Quando certos políticos, completa Minois, parecem mais grotescos que suas marionetes engendradas pela mídia ou pela opinião pública em suas diversas manifestações, a força explosiva do humor se perde – mais do que isso, inverte-se.

Ao contrário do que possam apregoar humoristas contemporâneos, existe, pois, humor a favor do *establishment*, que, zombando do poder que sabe zombar de si, contribui para legitimá-lo (ABRAHÃO FILHO, 2005). E, para os que entram na aparente brincadeira, rir de si e dos outros é um artifício vantajoso no palco das CPIs,



pois desperta a simpatia da sociedade humorística (termo cunhado por Lipovetski em A era do vazio, 2004) nascida no século XX e ainda vigente, na qual a diversão é o deus a seguir, o paraíso a atingir.

Outro ensaísta francês, Olivier Mongin (apud MINOIS, 2003, p. 600), resume bem os dois momentos históricos do riso no cenário político, da subversão à sedução:

Ontem, a inversão carnavalesca e sua capacidade de metamorfose faziam tremer as hierarquias e perturbavam as formas de dominação. Hoje, o riso as esconde, ele é um engodo destinado a não modificar nada. Que cada um fique em seu lugar, fazendo de conta que está mudando algo: essa é a dura lei do cômico quando a televisão se apodera dele e os apresentadores reinam como senhores intocáveis sobre o setor público.

A já citada idéia de superioridade que o riso confere a seu portador em relação ao objeto do chiste configura-se como razão adicional para que o político, a partir do século XX, aprenda a endossar todo tipo de chiste: rir, no âmbito político, é proveitoso por impor uma separação artificial e ilusória entre joio e trigo, entre o risível (corrupto, ignorante, inepto) e o ridente (antítese de tudo isso, já que autoimbuído da autoridade moral para rir).

## **O jogo da CPI**

A CPI dos Correios, instaurada em 2005 para apurar denúncias do deputado Roberto Jefferson à Folha de S.Paulo, tornou-se importante ao mesmo tempo sob o ponto de vista político-institucional – estava em discussão o que seria o maior escândalo de corrupção do país naquela década – e, como não poderia deixar de ser, retórico-discursivo. No que tange a este ensaio, lembramos que não faltaram, sessão após sessão, exemplos de manifestação do humor como uma linguagem à parte, um código partilhado dentro da cultura do grupo específico dos deputados e senadores participantes da CPI.

Retomemos alguns exemplos, já enumerados em breve artigo à ocasião (ABRAHÃO FILHO, 2005). Já na primeira reunião da CPI, em que se definiria o presidente da comissão, o nome da senadora Heloísa Helena foi sugerido como “alternativa moderada” à liderança dos trabalhos, provocando risos nela própria, tida como combativa e afiliada a partido de igual imagem revolucionária, o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). O riso, inclusive o da própria senadora, expressa então, por



sua própria linguagem, uma resposta a um deslocamento cômico, à inversão carnavalesca de chamar de belo o feio, de conservador o liberal, de moderada a imoderada.

Instaurada a CPI, os depoimentos trouxeram outras oportunidades de operações estratégicas de humor: Delúbio Soares era um “crucificado sorridente”, nas palavras do senador Roberto Saturnino (PT-RJ). Por que sorridente? Ria e fazia rir, em tiradas como “Estou diante de um problema e preciso resolvê-lo o mais rápido possível”. Recebe como resposta imediata à seriedade e estultice da declaração o riso estrondoso da platéia. Mostra-se, pois, rígido demais à demanda daquela sociedade – parece não compreender a gravidade da situação em que se encontra, e é castigado por isso. Mais do que isso, o riso coletivo une a platéia, estabelecendo uma dicotomia entre o objeto do ridículo, o ente social deslocado, e seus acusadores, por oposição respeitáveis.

Também os personagens centrais dessa comédia só para iniciados, o deputado petebista Roberto Jefferson e o ex-ministro José Dirceu (PT), tiveram seus momentos de “descontração”. Jefferson, ao seu estilo enfático, gargalhou ruidosamente após citar a canção “Nervos de Aço”, de Lupicínio Rodrigues, ao término de depoimento de nove horas. Também fez piada sobre a possibilidade de merecer – ou não – ir para o céu. Dirceu riu dos próprios trejeitos após gritar “é mentira!” ao acompanhar, pela TV, o depoimento da ex-secretária Fernanda Karina Sommaggio, que o incriminava. Ela, por sua vez, também recebeu risos como resposta à declaração de que fazia suas denúncias com espírito cívico, lutando por um país melhor. Dirceu, de seu lado, ouviu as perturbadoras risadas de uma platéia que não aceitou sua declaração de humildade: “Nunca fui arrogante”, disse, em seu próprio depoimento à CPI dos Correios.

As situações ilustram, além da própria capacidade de o riso castigar suas vítimas ou, por meio da autoperódia, enobrecer aquele que reconhece sua comicidade, o caráter incluyente desta – como de outras – forma de linguagem. É simultaneamente um código dependente de dado contexto sócio-cultural compartilhado por indivíduos e, de modo complementar, ele mesmo um de vários elementos fundadores (ou mantenedores) de sociedade, já que condensa, em gestos não-verbais, signos interacionistas diversos. E seria possível traçar aqui uma analogia com o conceito de dialogismo da linguagem postulado por Bakhtin (1981), para quem a linguagem é elemento fundador do pensamento humano. Nesse sentido, o riso, como a língua, não pode florescer sem alteridade.



Mas de onde advém tanto riso no feroz palco das CPIs? As provações impostas por um “mar de lama”, como se chamou à época o escândalo, não são em tese terreno fértil para a graça. Quando avaliamos os prejuízos que a corrupção traz ao país, quando contabilizamos os milhões de pessoas que deixam de ser beneficiadas por escolas, creches, hospitais, estradas, para o enriquecimento pessoal de poucos, as reações possíveis podem ir da ira às lágrimas, passando longe do riso. Trata-se de um drama.

Essa é, contudo, uma avaliação emotiva e exterior àquele grupo. Bergson (2004) defende que comicidade e emoção são inimigas atávicas. Não é possível rir de uma situação que nos causa um mínimo de pena, constrangimento, compaixão. Um homem distraído que bate a cabeça em um poste não é objeto de graça se pensarmos em sua dor e humilhação. Efetivamente, se considerarmos a questão da corrupção como crime de larga envergadura, não riremos. Frios, analíticos, mais atentos a questões regimentais, “de ordem” e, naturalmente, eleitorais, os parlamentares estão liberados para o riso.

Bergson (2004) estabelece três condições primeiras para que o riso frutifique: 1) Não há comicidade fora daquilo que é humano, ou seja, não rimos de uma paisagem, por exemplo, e, se rimos de um cão ou de uma roupa, é porque essa visão nos lembra atitudes, expressões e caprichos humanos. O homem é o único animal que ri e faz rir; 2) o riso se dirige à inteligência pura, é inimigo da emoção. Se taparmos os ouvidos durante um baile, ou seja, se analisarmos a situação racionalmente, os movimentos dos bailarinos parecerão cômicos; 3) o riso é um fenômeno social, precisa de um eco, precisa de um grupo. É por isso que, quanto maior a platéia de uma comédia, mais longo o riso. Trata-se de fenômeno contagioso.

O episódio da CPI dos Correios em que Dirceu declara que nunca foi arrogante e recebe fartas risadas como resposta reúne as condições acima e ilustra bem a luta da sociedade contra a rigidez. Seu depoimento foi, aliás, de uma firmeza desconcertante. Nele, repetiram-se exaustivamente expressões como “é mentira, eu nego, não é verdade, eu repilo”. Nesse contexto, o riso vem como um castigo dos parlamentares que, insensíveis e organizados em sociedade, açoitam o depoente e tentam humilhá-lo como estratégia de cooptação. É como se dissessem “se você continuar inflexível, nós continuaremos rindo”. Em outro episódio, quando declara “é mentira!” e ri do depoimento de Fernanda Karina Sommaggio, Dirceu ri da própria estultice, da própria rigidez de caráter – dessa forma curiosamente reintegrando-se ao seu grupo.

Cabe aqui lembrar que, para Bergson, a comicidade nada deve ao reino da moral. Seu domínio é exclusivamente social. Pouco importa se o deputado mentia ou



não em seu discurso. Importa apenas o fato de comportar-se como se não fizesse parte daquela sociedade, como se fosse um ser isolado (portanto, ameaçador àquela sociedade). O francês também classifica de cômico (2004, p. 57) todo incidente que chame nossa atenção para o aspecto físico de uma pessoa quando o que está em questão é o moral. Por isso rimos de um orador que espirra durante o seu discurso. E também por isso rimos de Roberto Jefferson quando ele chega com o olho roxo ao seu depoimento. Ou da ex-secretária que quer posar nua para financiar o debate político de suas idéias.

As CPIS são ricas em casos de transposição cômica, quando se percebe uma rigidez antinatural, um mecanismo artificial sobreposto à vida, portanto, risível, condenável. É o que fazem Delúbio Soares e Marcos Valério ao usar o eufemismo “dinheiro não-contabilizado” no lugar de caixa-dois. “Expressar honestamente uma idéia desonesta, tomar uma situação escabrosa, um ofício humilde ou um mau comportamento e descrevê-los em termos de estrita respectability, tudo isso é geralmente cômico”, diz Bergson (2004, p. 104).

Jefferson brinca ainda com a inversão de papéis – o acusado que acusa – e também transpõe um enunciado popular, como a canção de Lupicínio Rodrigues, para o contexto político do “mar de lama”. Por isso a platéia ri, ora dele (castigado), ora com ele (castigador).

Para Suas Excelências (termo por si só risível pela repetição e constante transposição, como em “Vossa Excelência é um ladrão!”) que estão na platéia, rir é proveitoso por “descolar” suas pessoas das pessoas dos investigados. Ou seja, riam dos corruptos os que não são corruptos, pois só o belo pode rir do feio. Só somos capazes de rir quando assistimos ao espetáculo do alto, como em um camarote.

Finalmente, para os que não participam diretamente das comissões que investigam o “mensalão”, a própria configuração da CPI, um mecanismo inserido na natureza, uma regulamentação automática da sociedade orquestrada aos gritos de “pela ordem, senhor presidente!”, pode ser engraçada quando despistamos o coração e apelamos à razão.

Percebemos, dessa forma, relevância na inclusão de aspectos múltiplos da linguagem não-verbal aos estudos de linguagem e defendemos que uma abordagem multidisciplinar da questão pode ser verdadeiramente proveitosa. O riso, como procuramos compreendê-lo, em confluência com estudiosos vários, carrega significados relevantes, que não se resumem à perspectiva individualista de libertação nem tampouco



a uma reação meramente fisiológica, sem a participação dos mesmos mecanismos que regem a significação e ressignificação de códigos no homem. Embora já tenha sido intensamente explorado, desde a Antiguidade, como objeto de estudo, concordamos com a perspectiva de Travaglia (1990, 1992, 1995) de que poucos estudos acadêmicos no Brasil o colocam em um contexto mais amplo, efetivamente discursivo.

O riso não está, contudo, sozinho nessa condição: além dele, o silêncio e gestos como o movimento dos olhos ou das mãos durante as interações humanas, a propósito, são tópicos que poderiam render abordagens originais nessa esfera. São campos, acreditamos, que podem contribuir para o avanço dos saberes plurais na área de comunicação.



## REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO FILHO, Renato. **Qual é a graça?** Jornal Folha de S. Paulo, São Paulo, 21/08/2005. Caderno Mais!, p. 3.
- ALBERTI, Verena. **O riso e o risível na história do pensamento**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na idade média e no renascimento – o contexto de François Rabelais**, São Paulo-Brasília, Edunb/Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2008.
- BELLEZA, Newton. **Teatro grego e suas conseqüências: raízes do teatro**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1966.
- BERGSON, Henri. **O riso: ensaio sobre a significação da comicidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BREMMER, Jan; ROODENBURG, Herman (orgs.). **Uma história cultural do humor**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GOFF, Jacques Le. O riso na Idade Média. In: BREMMER, Jan; ROODENBURG, Herman (orgs.). **Uma história cultural do humor**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo**. São Paulo: Manole, 2004.
- HOBBS, Thomas. **Human nature and de corpore político**. Londres: Oxford, 1999.
- MINOIS, George. **História do riso e do escárnio**. São Paulo: Unesp, 2003.
- PROPP, Vladimir. **Comicidade e Riso**. Trad. Aurora F. Bernardini e Homero F. de Andrade. São Paulo: Ática, 1992.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Uma introdução ao estudo do humor pela lingüística**. *D.E.L.T.A*, v. 6, p. 55-82, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Homonímia, mundos textuais e humor**. *Organon*, v. 9, p. 41-51, 1995.
- \_\_\_\_\_. **O que é engraçado?** *Leitura*, v. 5/6, p. 42-79, 1992.